



MODELO KNESSET



ORDEM DA APRESENTAÇÃO



O SISTEMA
POLÍTICO
ISRAELENSE



JERUSALÉM E
REFUGIADOS



FUNCIONA-
MENTO DA
SIMULAÇÃO

O SISTEMA POLÍTICO ISRAELENSE

DADOS

Israel é uma **democracia parlamentar**, na qual funcionam os poderes legislativo, executivo e judiciário. Suas instituições são a Presidência, a Knesset (parlamento), o Governo (gabinete de ministros) e o Judiciário. O sistema se baseia no princípio da separação de poderes, com controle recíproco. O poder executivo (o governo) está sujeito ao voto de confiança do poder legislativo, e a independência do judiciário é garantida por lei.

PARLAMENTARISMO

Parlamentarismo é um tipo de regime político ou governo caracterizado por possuir um gabinete de ministros, que forma o parlamento. Todos os projetos, leis e demais decisões do governo estão submetidos a votação desse parlamento, em um sistema parlamentarista. Em uma República Parlamentarista, o presidente da república é o responsável pela nação, enquanto que o controle do governo fica a cargo do primeiro-ministro

DADOS

O presidente (chefe de estado) é eleito pelo Knesset para um mandato de sete anos. O primeiro-ministro (chefe de governo) exerce o poder executivo e é escolhido pelo presidente como líder do partido político que estiver mais apto a formar um governo. Após a escolha presidencial, o primeiro-ministro escolhido tem 45 dias para formar um governo.

DADOS

Os membros do gabinete como um todo devem ser aprovados pelo Knesset. Os 120 parlamentares são eleitos para um mandato de quatro anos, apesar de o Knesset ter poderes para convocar novas eleições antes do fim do período. As votações são conduzidas usando-se fórmulas de representatividade proporcional de listas partidárias.

DADOS

As eleições gerais são em listas abertas, ou seja, os eleitores que votam apenas nos partidos sabem a ordem dos candidatos dentro das listas previamente elaboradas. **Não há voto distrital**: todos os eleitores votam exatamente nas mesmas listas partidárias.

O sufrágio é universal para os cidadãos israelenses com 18 anos ou mais.

PARTIDOS

Partidos	Lider	Cadeiras
Kadima	Tzipi Livni	28
Likud	Benjamin Netanyahu	27
Yisrael Beiteinu	Avigdor Lieberman	15
Partido Trabalhista - Avoda	Ehud Barak	13
Shas	Eli Yishai	11
Yahadut HaTorá	Yaakov Litzman	5
Lista Árabe Unida - Ta'al	Ibrahim Sarsur	4
União Nacional		
Moledet		
Eretz Yisrael Shelanu		
Hatikva	Ya'akov Katz	4
Hadash		
Maki	Mohammad Barakeh	4
Meretz	Haim Oron	3
Lar Judeu	Daniel Hershkowitz	3
Balad	Jamal Zahalka	3

JERUSALÉM

É considerada sagrada pelas três principais religiões abraâmicas — judaísmo, cristianismo e islamismo.

O estatuto de Jerusalém continua a ser problemático, sendo uma das maiores questões no conflito israelo-palestino. O Plano de Partilha da Palestina, aprovado pelas Nações Unidas em 29 de novembro de 1947, estabelecia a cidade como um território internacional.

Durante a guerra árabe-israelense de 1948, Jerusalém Ocidental estava entre as áreas capturadas e depois anexadas por Israel, enquanto Jerusalém Oriental, inclusive a Cidade Antiga, foi capturada e posteriormente anexada pela Jordânia. Israel anexou Jerusalém Oriental dos jordanianos em 1967, durante a Guerra dos Seis Dias.

A Lei de Jerusalém, uma das Leis Básicas de Israel, define Jerusalém como a capital indivisível do país e todos os ramos do governo israelense estão sediados na cidade, incluindo a residência do presidente da nação, repartições governamentais, suprema corte e o Knesset.

EMBAIXADA

No dia 14 de maio de 2018, foi inaugurada em Jerusalém, a nova embaixada dos Estados Unidos. O local da nova representação americana em Israel, anunciado em dezembro de 2017, mostrou um apoio incondicional de Washington ao governo de Benjamin Netanyahu, o que, alguns argumentam, dificulta bastante a retomada de negociações de paz entre israelenses e palestinos; afirmação contestada pelo governo americano. Ao mudar a embaixada para Jerusalém, sem exigir nenhuma mudança política de Israel ou outro gesto de solidariedade aos palestinos que disputam o setor oriental da cidade como sua capital, o governo de Donald Trump deixa de ser visto por alguns atores internacionais como mediador equidistante do conflito Israel-Palestina.

ACORDOS DE PAZ

Acordos de Oslo (1993)

Assinado entre Itzhak Rabin e Yasser Arafat, previa o estabelecimento de datas para o avanço gradual do processo de paz, sendo no final Jerusalém reconhecida como capital dos dois países. Definiu o status quo atual da ocupação israelense na Cisjordânia, dividindo-a entre as áreas A, B e C (as duas primeiras sob administração civil palestina).

ACORDOS DE PAZ

Camp David (2000)

Israel manteria sua soberania sobre Jerusalém e compartilharia com os palestinos o controle sobre os bairros árabes e outras áreas, incluindo o acesso ao complexo da Mesquita de Al-Aqsa.

Os palestinos insistiram que qualquer limitação à soberania sobre a parte oriental de Jerusalém é inaceitável, e a resolução não foi assinada.

ACORDOS DE PAZ

Iniciativa de Genebra (2003)

Iniciativa autônoma de membros das sociedades civis israelense e palestina, independente dos governos que viviam um contexto tenso, pós Segunda Intifada. As partes reconheceriam os significados cultural, espiritual, religioso e histórico universais de Jerusalém e sua santidade para o judaísmo, cristianismo e islamismo. Em reconhecimento a este status, as partes reafirmam seus compromissos em preservar seu caráter, santidade e liberdade de culto na cidade e em respeitar a divisão existente das funções administrativas e práticas tradicionais entre as diferentes denominações religiosas. As partes teriam suas capitais mutuamente reconhecidas nas áreas de Jerusalém sob suas soberanias.

ACORDOS DE PAZ

Conferência de Anápolis (2007)

A conferência tinha como objetivo iniciar os acordos entre Israel e Palestina para chegar a uma conclusão até 2008, tendo como um dos pontos a ser discutido a divisão de Jerusalém. A conferência não obteve sucesso.

PARTIDOS

Likud: O Likud está disposto a fazer concessões para a paz, porém coloca como linha vermelha a preservação da integralidade e indivisibilidade de Jerusalém.

Machané HaTzioni: Jerusalém seguirá sendo a capital do Estado de Israel. A cidade velha será administrada pelas três religiões.

HaBait Halehudí: É contra a criação de um Estado Palestino, e Jerusalém é considerada indivisível.

Meretz: O Meretz apoia a devolução dos territórios ocupados em 1967 por Israel, com o desmantelamento de assentamentos judaicos e a criação de um Estado Palestino. Jerusalém seria dividida e tornar-se-ia a capital dos dois Estados.

Reshima Meshutefet (Lista Árabe): Apoia a criação de um Estado Palestino cuja capital seria Jerusalém Oriental.

Yesh Atid: O Yesh Atid apoia a criação de um Estado Palestino, porém não admite a divisão de Jerusalém.

Yahadut HaTorá: Não admite a divisão de Jerusalém.

Shas: Não admite a divisão ou negociação de Jerusalém.

Israel Beiteinu: Acredita que não devem haver negociações sobre Jerusalém, “a capital eterna e exclusiva do povo Judeu”.

Yachad Ha'Am Itanu: Não admite a divisão ou negociação de Jerusalém.

POSICIONAMENTO INTERNACIONAL

Autoridade Nacional Palestina: A Autoridade Palestina reclama toda Jerusalém Oriental como a capital do Estado da Palestina e afirma que Jerusalém Ocidental também está sujeita a negociações sobre seu status permanente.

ONU: As Nações Unidas consideram Jerusalém Oriental como território palestino ocupado e preveem que Jerusalém se torne a capital de dois Estados.

União Europeia: Acredita que A cidade seja a capital compartilhada.

Estados Unidos: Historicamente, os Estados Unidos consideraram desejável o estabelecimento de um regime internacional para a cidade, com seu estatuto final resolvido através de negociações. Até o anúncio do presidente Donald Trump em 6 de dezembro de 2017, o país não reconhecia Jerusalém como a capital de Israel.

Rússia: Em 6 de abril de 2017, o Ministério dos Negócios Estrangeiros da Rússia emitiu uma declaração dizendo: "Reafirmamos nosso compromisso com os princípios aprovados pela ONU para um acordo palestino-israelense, que inclui o estatuto de Jerusalém Oriental como a capital do futuro Estado palestino. Ao mesmo tempo, devemos afirmar que vemos Jerusalém Ocidental como a capital de Israel".



REFUGIADOS



CONCEITO

Convenção das Nações Unidas relativa aos Refugiados, que foi adotada a partir de 28 de julho de 1951:

"Sendo toda a pessoa que, em razão de fundados temores de perseguição devido à sua raça, religião, nacionalidade, associação a determinado grupo social ou opinião política, encontra-se fora de seu país de origem e que, por causa dos ditos temores, não pode ou não quer fazer uso da proteção desse país ou, não tendo uma nacionalidade e estando fora do país em que residia como resultado daqueles eventos, não pode ou, em razão daqueles temores, não quer regressar ao mesmo".

POSICIONAMENTO ISRAELENSE

Em 1954, Israel assinou a Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados, concordando com a definição de refugiado da Convenção, emendado pelo Protocolo de 1967.

LINHA DO TEMPO

2012 - Fluxo intenso de migrantes africanos a Israel vindo pela Península do Sinai

2013 - Lançamento do "Programa Partida Voluntária", que transferiu 4 mil africanos da Eritreia e Sudão

2013 - Abertura do Centro de Detenção para migrantes, refugiados e asylum seekers em Holot

2014 - Conclusão da construção de uma cerca de segurança de 245 quilômetros ao longo da fronteira com o Egito

Março de 2015 - A política de deslocamento forçado é pautada pelo governo federal

Agosto de 2017 - A Suprema Corte de Justiça de Israel sanciona a política de remoção forçada de 2015.

LINHA DO TEMPO

2 de janeiro de 2018 – O Primeiro-Ministro Bibi Netanyahu decreta que quase 40 mil africanos serão obrigados a deixar Israel em menos de 90 dias

Janeiro de 2018 - Uganda e Ruanda negaram-se a fazer acordos com Israel para fazer os “realojamentos”

Abril de 2018 – Os atuais Primeiro-Ministro e o Ministro do Interior Arie Deri (Shas) chegaram a um acordo com a Acnur, no qual 16 mil imigrantes serão deportados para algum terceiro país, enquanto outros 23 mil serão absorvidos pelo Estado de Israel.

Abril de 2018 - Após algumas horas do anúncio, o Primeiro-Ministro, através da sua conta no Facebook, anunciou que o acordo com a Acnur estava cancelado. O cancelamento se deu em função da grande pressão feita pelos partidos de coalizão, inclusive do gabinete do próprio premiê.

NA SIMULAÇÃO
